

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFJRJ

www.sintufjrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA CUT

Greve na UFRJ

CLG/Sintufjrj fecha a Reitoria



A agenda de greve dos técnicos-administrativos na semana passada foi movimentada. Conforme orientação do CNG/Fasubra, o prédio da Reitoria amanheceu na quarta-feira, dia 1º de julho, com todas as entradas lacradas. A ação foi realizada na maioria das Ifes no país. **PÁGINA 5**

"Pedalada sindical contra o ajuste fiscal"



Até o momento, esta foi a atividade mais alegre e descontraída da greve, e reuniu mais de cem pessoas, que pedalarão pelas principais vias da Cidade Universitária por mais de uma hora. Com o apoio dos profissionais do Espaço Saúde Sintufjrj, a mobilização, que objetivou chamar toda a categoria para a luta e garantir a visibilidade do movimento, fez sucesso, porque associou atividade física e protesto contra o governo. **PÁGINA 8**

Mais informações sobre a luta

CNG/Fasubra avalia a contraproposta do governo. Próxima negociação com os SPFs será no dia 7 de julho. **PÁGINA 6**

Categoria rejeita a contraproposta do governo, apelidada de "Casas Bahia", e reforça a necessidade de radicalização do movimento. **PÁGINA 3**

Confira a agenda de atividades da semana. Houve mudança na data da assembleia em virtude da caravana a Brasília. **PÁGINA 2**

DOIS PONTOS

Calendário de atividades da greve

■ **Terça-feira, dia 7** – Em virtude da caravana a Brasília, a assembleia geral, no CT, será realizada na sexta-feira, dia 10, às 10h30, no hall da Reitoria.

Mas somente na assembleia da próxima terça-feira, dia 14, no auditório do CT, o assessor jurídico do Sintufrj estará presente para informar e tirar dúvidas a respeito

do dos 28,86% e da Súmula Vinculante 51.

Panfletagem na Praça XV – Enquanto os caravaneiros participam das mobilizações em Brasília, o CLG/Sintufrj

convoca a categoria para participar da panfletagem à população durante as atividades do Festival do Fórum Interuniversitário de Cultura, às 10h, na Praça XV.

■ **Sexta-feira, dia 10** – Às 10h, assembleia geral no hall da Reitoria.

■ **Sábado, dia 11** – Às 10h, ato e panfletagem à população no Museu Nacional.

O que funciona na PR-4 durante a greve

- Geração de relatórios e pagamento normal da folha de servidores, aposentados e pensionistas.
- Nomeação e convocação de servidores aprovados em concurso que está em vigência e com prazo de validade em vias de término. A partir da greve, concursados serão homologados, mas não convocados. Serão prontamente publicadas apenas nomeações de Chefias e Funções Gratificadas que tenham relação direta com serviços essenciais. Qualquer outra CD ou FG será encaminhada ao Comando de Greve para deliberação quanto à urgência da publicação da mesma.
- Contratações temporárias de professores serão tratadas apenas se o contrato for anterior à data da greve, tendo como exceção o CAP-UFRJ, Escola de Educação Infantil e inclusão da bolsa de médicos-residentes.
- Estagiários trabalharão em regime de plantão definido pelos respectivos setores, recebendo integralmente suas bolsas. Sem qualquer prejuízo.
- Comunicados de falecimento e processos desencadeados pelo mesmo, como pensão por morte e auxílio-funeral.
- Aposentadoria compulsória.
- Pensão alimentícia.
- Recadastramento de aposentados e pensionistas.
- Término de estágio probatório.
- Recolhimento de impostos/FGTS.
- Decisões judiciais.
- Cursos do HU/Formação de corpo técnico em EAD/Plataforma Cisco por se tratar de relações exteriores à UFRJ.
- Publicação de portarias de vacância.
- Assinatura de ponto para servidores à disposição.
- Ressarcimento de servidores cedidos e auditoria de processos de cessão.
- Atendimento às vítimas de assédio moral.

Assuntos de ordem extraordinária serão levados ao Comando Local de Greve para deliberação.

A comunicação do andamento da greve será realizada nas reuniões abertas, além de e-mail institucional e grupo de Facebook (PR-4 em Greve).

Todas estas decisões serão levadas à plenária da assembleia de organização da greve.

Inscrição
De 20 a 30 de julho, na subsede sindical no HU

Início do curso
3 de agosto, às 16h

Local
Subsede sindical do Sintufrj no HU

Atenção
As inscrições para a UERJ estarão abertas a partir de 6 de julho, pois se você não fez a inscrição para o Enem ainda tem chance de estudar numa rede pública

Público Alvo
Sindicalizados e seus dependentes

CPV Sintufrj

Carta de Repúdio

Diante do impasse do governo em avançar no processo de negociação da nossa pauta de reivindicações, não nos restou outra alternativa senão deflagrar a greve.

Na UFRJ, buscamos construir com os docentes uma greve unificada, até porque temos pautas em comum, como a questão da data-base, do reajuste de 27,3% e do fim da Ebserh. Entretanto, não houve acordo.

Infelizmente, o que estamos presenciando entre alguns docentes do CAP/UFRJ

são práticas antissindicais e de assédio.

Os técnicos-administrativos da UFRJ, reunidos em assembleia geral, definiram a essencialidade dos serviços que, em nosso entendimento, não podem parar em razão de fatores como preservação da vida e manutenção das condições de sobrevivência dos servidores.

Diante desse quadro, não aceitaremos nenhum tipo de intimidação, assédio ou práticas antissindicais a qualquer trabalhador de nossa categoria.

A categoria tem ciência da

especificidade do CAP/UFRJ e do valor dos Assistentes de Alunos (ASAL) no desempenho de suas funções, mas mantém o entendimento de que a lei determina a manutenção de atividades específicas que não contemplam aquelas exercidas pelos ASAL.

A preservação da integridade física dos alunos não deve ser função exclusiva dos Assistentes de Alunos, porém, de todo profissional de Educação presente na escola, assim como todo cidadão deve preservar a integridade do menor

em qualquer ambiente, dentro ou fora do espaço escolar.

É relevante lembrar ainda que, em greves anteriores da categoria, sempre agimos conforme as determinações de base e de acordo com a legislação vigente, que prevê a não essencialidade do cargo de ASAL. Além do mais, nunca fomos judicializados perante tal posição.

Avaliamos, neste caso, tratar-se de assédio moral, pelo discurso da periculosidade exposto, tentando causar medo, especialmente em

relação aos servidores em estágio probatório.

Sendo assim, entendemos que o objetivo de alguns docentes é o de desestabilizar o movimento grevista, de tal forma que o impacto na unidade seja despercebido.

Concluimos, dessa forma, que não existe um ambiente de solidariedade e respeito pela luta da categoria. Além disso, tais fatos evidenciam o conflito de interesses e uma postura patronal e assediada.

Esperamos que essa situação possa ser revertida.

ASSEMBLEIA

Categoria rejeita proposta do governo e vai radicalizar

Caravana a Brasília para ato nacional no dia de negociação com o governo, 7 de julho, é a prioridade no momento, dentre as ações aprovadas pela assembleia para esta semana

A assembleia da categoria realizada no dia 30, no auditório do CT, aprovou por unanimidade a continuidade da greve, com a avaliação de que, embora o movimento esteja forte a ponto de o governo abrir negociação, a proposta apresentada – apelidada de “Casas Bahia”, porque parcela o reajuste de 21,3% em quatro anos – é inaceitável. Por todos esses motivos, os presentes reafirmaram que é preciso radicalizar o movimento. A greve nacional dos técnicos-administrativos em educação completou um mês, com a adesão de trabalhadores de 65 instituições.

Em votação formal, a assembleia rejeitou a proposta do governo e aprovou indicar ao CNG/Fasubra que a categoria é contrária ao parcelamento e exige resposta aos demais itens da pauta de reivindicações, como o estabelecimento de data-base, isonomia de benefícios com os demais poderes, paridade entre ativos e aposentados, aprimoramento da Carreira e o fim da Ebserh. Os presentes ratificaram a reivindicação de recuperação das perdas econômicas em 2016 (com reajuste de 27,3%) e realização de uma mesa de negociação específica com a Fasubra (a proposta do

governo foi apresentada em reunião com as entidades representativas do funcionalismo no dia 25 de junho).

Caravana e atos – A categoria aprovou jogar peso na caravana nacional a Brasília para realização de atos 7 e 8 de julho. No dia 7, ocorrerá outra reunião do governo com representantes do Fórum dos Servidores Públicos Federais e serão realizadas ações pelas entidades, em especial as que representam os trabalhadores da educação federal. A Fasubra vai sacudir o Planalto Central.

Fotos: Renan Silva



ASSEMBLEIA diz Não à contraproposta “Casas Bahia” do governo federal

Avaliações

Para o coordenador-geral do Sintufjr Francisco de Assis a proposta do governo pode significar uma tentativa de neutralizar outras categorias que ainda se organizam para a greve. Por isso ele considerou acertada a decisão de rejeitar o parcelamento e defendeu que a Fasubra deve pressionar pela negociação da pauta específica e de questões, como o estabelecimento da data-base e o aumento dos valores dos benefícios. “É uma proposta inicial e sinaliza abertura de negociação. É preciso fortalecer as caravanas e a realização de ações contundentes com grande mobilização”, propôs.

A técnica-administrativa Valdenise Pinheiro afirmou que a proposta do governo não cobre sequer a inflação do período e que o governo, embora diga que não tem dinheiro, paga religiosamente a dívida pública.

“Do ponto de vista político, é importante dizer que pela primeira vez o governo apresenta uma proposta, e isso tem a ver com o desgaste que (o governo) tem enfrentado”, disse a técnica-administrativa. Em sua opinião, o governo teme que se reedite a forte greve de 2012, e sobre a proposta de reajuste parcelado em quatro anos, ele busca dois objetivos:

manter o ajuste fiscal e evitar que a categoria faça greve nos próximos quatro anos.

Rafael Medeiros apontou a necessidade de radicalizar a greve, porque este é o momento crucial da luta, e chamou a atenção para o calendário de atividades, como o ato na Reitoria dia 1º de julho e a caravana a Brasília dia 7: “A ação será do tamanho da nossa força.”

Esteban Crescente disse que é preciso ampliar a mobilização na base, radicalizar a greve e levar grande caravana a Brasília no dia 7 para pressionar a negociação. Para ele, o parcelamento em quatro anos é para “acabar com o movimento sindical dos servidores públicos federais”.

“Nossa reivindicação é por 27,3% e o governo oferece 5,5% para 2016? Não podemos concordar com isso. Temos que avançar na campanha de suspensão das inscrições ao Sisu, fazer uma boa caravana, conseguir pressionar e tomar medidas para radicalização da greve. O fato do governo ter feito proposta traz mais gente para a luta. Não vamos aceitar o acordo ‘Casas Bahia’”, disse Rafael Coletto.

Paulo Marinho também avaliou que a proposta é rebaixada e insuficiente: “Nosso índice é 27,3% de reposição de perdas e queremos também os demais itens

da pauta que colocamos como prioritários. Com um acordo de quatro anos ficaremos engessados e não poderemos fazer mais greve. O momento é de radicalizar. Não vai ter Sisu!”

Segundo avaliação de Neuza Luzia, a greve, aliada à conjuntura, forçou o governo a abrir negociação. “Aposição da Fasubra e o conjunto das falas (na assembleia) mostram que o sentimento em relação à proposta que o governo apresentou é muito ruim. Mas o mais importante é que foi instalada a negociação. Temos que pôr na mesa que o estabelecimento da data-base é central. O aumento parcelado em quatro vezes soa como uma armadilha. O momento é crucial e a vitória na mesa não vai ser no grito, mas com ações que exigem participação”, afirmou a trabalhadora.

Órgãos colegiados e nota de apoio – A assembleia aprovou o indicativo, levado pelo CLG/Sintufjr, de retirada da pauta do ponto que trata da eleição dos representantes da categoria para os órgãos colegiados da UFRJ, a divulgação de nota em favor da reintegração dos garis demitidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro por participação na greve da categoria.

Por fim, foi aprovado o calendário de atividades (veja na página 2).

Nota de apoio à reintegração dos garis demitidos

Nós, técnicos-administrativos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunidos em assembleia geral no dia 30 de junho de 2015, manifestamos nossa solidariedade aos garis do Rio de Janeiro arbitrariamente demitidos por participarem da greve da categoria realizada este ano.

Repudiamos a atitude do presidente da Comlurb, Vinicius Roriz, e a do prefeito Eduardo Paes de perseguição a esses trabalhadores pelo simples motivo de exercerem seu legítimo direito de greve.

No momento que os governos aplicam um duro ajuste fiscal nos trabalhadores, não podemos permitir que quem luta seja criminalizado e perseguido.

Ao mesmo tempo, saudamos a notícia da reintegração de dois desses companheiros demitidos, porque a Justiça reconheceu que houve perseguição política.

Vamos apoiar integralmente essa luta até que todos os demitidos sejam reintegrados.



RAFAEL Coletto



FRANCISCO de Assis



RAFAEL Medeiros



PAULO Marinho



NEUZA Luzia



VALDENISE Pinheiro

DEBATE

Reerguer o HU é a meta de Côrtes

O diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), Eduardo Côrtes, participou do debate sobre os HUs que antecedeu a assembleia do dia 30. Ele expôs os graves problemas da unidade e as iniciativas adotadas para contornar a situação, como mobilizar a comunidade e a sociedade para que o hospital retome a sua condição de referência nacional, e respondeu a perguntas da categoria.

Segundo Côrtes, quando assumiu o cargo, o hospital contava apenas com 220 leitos nas enfermarias e seis no CTI, muitas dívidas, o prédio em situação muito ruim, poucos funcionários concursados e cerca de mil extraquadro, hoje reduzidos a 700. E sua estratégia para reerguer a unidade se concentra em uma grande reforma administrativa e em iniciativas políticas que vão além da UFRJ e cheguem à sociedade.

“Recuperar o hospital, aumentar o número de leitos é a nossa principal estratégia, não a única. A gente está fazendo esforços muito grandes para envolver a sociedade do Rio de Janeiro e suas entidades. Estamos numa peregrinação, em que temos acesso, inclusive, ao Parlamento Federal para conseguir o que precisamos”, disse Côrtes. Ele informou que precisa de cerca de R\$180 milhões para investir no hospital e poder reabrir os 780 leitos e assim a unidade “voltar a ser o que a sociedade do Rio de Janeiro, nossos alunos e pacientes merecem. É por isso que estamos lutando, e acredito que temos a possibilidade de conseguir”, acredita o diretor.

Ebserh e sucateamento

Marcílio Alves quis saber como o diretor enfrenta a luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) com o hospital nas condições atuais.

“A Ebserh não é solução para os problemas dos hospitais das universidades federais, que começaram quando o governo parou de orçamentá-los. Segundo Côrtes, quanto mais leitos tiver, mais recursos o hospital

arrecada do Sistema Único de Saúde (SUS). “Esse é o grande problema, porque o custeio atual do SUS mal dá para o dia a dia. Não sobra nada para manutenção do prédio, a modernização dos elevadores ou a compra de novos equipamentos. Outra coisa que é preciso é ter uma política de contratação de pessoal. A proposta da Ebserh não contempla nada disso. Ela foi criada como empresa pública mas de direito privado para gerir o hospital e seus funcionários. É o que está sendo feito (em outras instituições)”, apontou Côrtes.

O diretor foi questionado se sofre alguma pressão para aderir à Ebserh, e ele disse que alguma pressão sempre há. E mencionou o caso dos recursos da ordem de R\$ 7,5 milhões que já estavam até licitados para obras no hospital, mas que, ao apagar das luzes de 2014, foram cortados.

Material e infraestrutura

Elionora Baptista, trabalhadora do HU, cobrou a realização de reuniões da direção com a comunidade hospitalar, “para que as dificuldades sejam compartilhadas por todos”, e relacionou uma série de problemas que vão desde a falta de materiais básicos até vazamento da rede de esgoto.

Segundo o diretor, os HUs estão falidos por falta de uma legislação que permita sua sobrevivência e que o MEC os considere filhos feios, sem orçamento para manterem-se. “Ficamos no meio do limbo administrativo, sem orçamento e sem de fato quem olhe para a gente.” Côrtes concluiu afirmando que tem esperança do engajamento do reitor recém-eleito Roberto Leher (na recuperação do HU) e que tem planos para quebrar o marasmo da universidade e da sociedade em relação ao hospital, e assim reerguer a instituição.

Fotos: Renan Silva



MARCÍLIO Alves



ELIONORA Baptista, funcionária do HU, Eduardo Côrtes, diretor do HU, e os coordenadores do Sintufjr Caetano Ribeiro e Ana Célia

CLG/SINTUFJR

INDC está afinado com a greve

O Comando Local de Greve (CLG)/Sintufjr tem feito reuniões em unidades para manter a mobilização. Depois do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e do Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis (ex-Hesfa), a terceira unidade hospitalar a ser visitada foi o Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC), no dia 1º de julho.

A reunião foi conduzida pela coordenadora-geral do Sintufjr Carmen Lucia e pelos coordenadores eleitos Júlio Cesar da Silva e Aluizio Paulino. Eles informaram aos trabalhadores o estágio atual da greve – depois da apresentação pelo governo de uma contraproposta de reajuste rebaixada –; orientaram sobre a necessidade de manutenção das atividades essenciais, que incluem os serviços hospitalares; discutiram a pauta de reivindicações e deram informes sobre ações judiciais, adicional de insalubridade e a respeito dos exames periódicos.

“A nossa greve foi julgada legal, e o Judiciário foi quem determinou que o MEC e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão negociassem com a gente”, complementou os informes Aluizio.

Essencialidade

“Conquistamos o direito de greve, mas temos de manter de 30% a 50% as atividades ligadas à vida funcionando. Por isso as unidades hospitalares e biotérios não pararam. Isso é necessário para a legalidade do nosso movimento, que já foi julgado como legítimo pelo Supremo Tribunal Federal. Estamos todos juntos nessa luta, e se cada um cumprir a sua parte, caminharemos melhor”, disse Carmen Lucia, acrescentando que “o fantasma da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares ainda ronda os HUs e é preciso estar alerta”.

Segundo a coordenadora, se o governo aprovasse a reivindicação da Fasubra sobre a carreira dos técnicos-administrativos em educação, não haveria necessidade de greves futuras por essa pauta. “O step de 5% e piso de 3 salários mínimos é fundamental. Isso acabaria com greves futuras. O problema é que o governo diz que o contingente de trabalhadores a ser beneficiado é muito grande.”

Categoria se impõe

A força do movimento levou o diretor da Neurologia, José Luiz Cavalcanti, a participar da reunião e declarar-se a favor da greve. Ele também é sindicalizado ao Sintufjr e informou que os médicos ligam perguntando se o Instituto está em greve, no que ele responde com a seguinte frase: “A unidade está em greve sim, mas as atividades hospitalares estão sendo realizadas.” Ele garantiu também que os trabalhadores em greve não estão levando falta e elogiou a condução da greve pela Fasubra e Sintufjr: “A prioridade de cinco itens foi fundamental para a negociação.”

Carmen Lucia despediu-se fazendo um apelo aos trabalhadores para que participassem das reuniões do CLG e das assembleias: “Nós sabemos que é difícil para vocês, mas é importante acompanharem e ajudarem nos encaminhamentos do movimento.”



TRABALHADORES e o diretor da unidade na reunião do CLG/Sintufjr

É GREVE

Reitoria da UFRJ não abriu no dia 1º de julho

Por orientação do Comando Nacional de Greve (CNG)/Fasubra, o ato de fechamento das Reitorias pelos comandos locais de greve se repetiu em várias universidades federais do país. É a radicalização do movimento por negociação!

Numa ação rápida e bem articulada, que teve início antes das 5h da manhã, o Comando Local de Greve (CLG)/Sintufjr impediu, na quarta-feira, dia 1º de julho, que o prédio da Administração Central da UFRJ, onde também funcionam a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, abrisse suas portas. Durante todo o dia a Reitoria permaneceu fechada e sob vigilância do CLG.

Os técnicos-administrativos utilizaram cartazes, bandeiras, cones, fitas, adesivos e plástico para lacrar as entradas do prédio de oito andares. Às 8h, começaram a chegar os trabalhadores para o ato convocado pelo CLG/Sintufjr, quando dezenas de cópias da Carta à População expondo os motivos da greve foram entregues às pessoas que se dirigiam à Reitoria. Nem mesmo o pessoal da limpeza pôde entrar para trabalhar.

Em todo o país, na maioria das 65 universidades federais em greve há 30 dias, a mesma ação se repetiu, pois esta foi a orientação do CNG/Fasubra a todos os comandos locais de greve. Na avaliação do CLG/Sintufjr, a tarefa na UFRJ foi cumprida com êxito.

A partir de agora o movimento intensificará atividades mais radicais para forçar o governo a chamar a Fasubra para negociar a pauta de reivindicações específicas dos técnicos-administrativos em educação das Ifes; melhorar a contraproposta de reajuste apresentada na reunião do dia 25 de junho do Ministério do Planejamento com o Fórum dos Servidores Públicos Federais, além de abrir negociação sobre o restante da pauta unificada do funcionalismo.



POSSE FESTIVA

Leher e Denise à frente da UFRJ

Roberto Leher e sua vice, Denise Nascimento, já estão no comando da UFRJ. Eles foram empossados nos cargos para os quais foram eleitos pela comunidade universitária na sexta-feira, dia 3 de junho, numa concorrida cerimônia realizada no auditório do Centro de Tecnologia e presidida pelo reitor Carlos Levi. O ritual acadêmico próprio para a ocasião foi cumprido à risca. Faixas com as reivindicações do movimento estudantil da UFRJ decoravam o ambiente festivo.

O novo reitor, que foi eleito com uma plataforma que propõe reformas radicais na universidade, fez um discurso de uma hora. Leher reafirmou a defesa da autonomia universitária, o resgate do protagonismo da instituição no cenário político-educacional público, a necessidade de uma política de assistência estudantil efetiva, a rejeição à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e a valorização da força de trabalho técnico-administrativa e terceirizada.

2019 foram aplaudidos de pé pelo público que lotava o auditório do CT. Dirigentes de instituições nacionais e internacionais, personalidades políticas e representantes das entidades sindicais dos técnicos-administrativos e dos professores, e estudantis, da UFRJ, prestigiaram o evento. Estavam presentes também os ex-reitores Alexandre Cardoso, Paulo Alcântara Gomes, Carlos Lessa e Sergio Fracallanza. A Aloísio Teixeira foi representado pelo seu filho Lucas Teixeira.

Os novos pró-reitores são: Eduardo Serra (Graduação), Ivan da Costa (Pós-Graduação e Pesquisa), Regina Dantas (Pessoal), Roberto Gambine (Planejamento e Desenvolvimento), Maria Malta (Extensão), Ivan Carmo (Gestão e Governança), Vera Salim (Superintendência de Políticas Estudantis), Márcio Ayala (Superintendência de Tecnologia em Comunicação e Informação), Paulo Mário (Prefeitura Universitária) e Márcio Escobar (Escritório Técnico da Universidade).

to dos Trabalhadores Sem Terra (MST), afirmou: “Temos uma pauta grande da classe trabalhadora para trazer para dentro dessa universidade e esperamos que na gestão de Leher a gente consiga cada vez mais dar voz e vez à classe trabalhadora dentro da academia”.

Luisa Foltran, do DCE Mário Prata, destacou a importância da participação estudantil no processo eleitoral da UFRJ: “Que a gente se coloque do mesmo lado, se fortaleça e vá cobrar (do governo) para que essa universidade não acabe, mas que seja de fato democrática para que a gente possa transformá-la.”

A defesa da autonomia na nova gestão foi destacada pelo presidente da Adufrj, Cláudio Ribeiro, como uma política fundamental para a instituição e a manutenção do seu caráter público e chamou a nova Reitoria a se somar a todos os movimentos em greve na UFRJ.

Sintufjr e Fasubra

“Este momento é histórico na UFRJ, porque estamos realizando uma posse num momento



Foto: Renan Silva

CARLOS Levi cumprimenta seu sucessor, Roberto Leher

de luta, de união e de unidade na construção e na defesa da universidade. A eleição do professor Leher representa a defesa da instituição e temos certeza de que teremos uma gestão compartilhada. O Sintufjr manterá sua autonomia de representação de classe, mas estaremos aliados nos interesses da categoria, resguardados certos momentos em que poderá haver diferenças. Esta será uma gestão diferenciada pelo compromisso com os movimentos sociais”, afirmou o coordenador-geral do Sintufjr, Francisco de Assis. O dirigente cobrou a necessida-

de de democratização da universidade, defendeu a eleição direta para reitor e a valorização e o reconhecimento do técnico-administrativo para compor a estrutura da universidade e apresentou ao novo reitor a pauta interna de reivindicação da categoria.

O coordenador da Fasubra, Mário Júnior, solicitou o apoio da Reitoria às discussões da Federação com a Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), e entregou um memorial do processo de mobilização da categoria ao reitor.

Nova equipe

Os novos gestores da UFRJ até

Saudações

Marcelo Durão, do Movimen-

Avaliação da proposta do governo

Sob pressão, o MPOG volta a negociar com o funcionalismo federal no dia 7 de julho, terça-feira

A greve nacional da Fasubra completou no dia 28 de junho 30 dias. Na avaliação do Comando Nacional de Greve (CNG), o movimento transcorre de forma positiva, com a categoria demonstrando disposição de luta em todo o país e os Comandos Locais de Greve (CLGs) se articulando com o CNG para realização de ações locais e nacionais que dialoguem com a sociedade, as reitorias, conselhos universitários, Congresso Nacional e Superior Tribunal de Justiça (STJ), setores estes que têm demonstrado compreensão em relação à justiça da greve dos técnicos-administrativos em educação.

“Temos muito a comemorar e para reoxigenar nossas energias para o fortalecimento da luta, que ainda está no seu início”, deliberou o CNG/Fasubra.

Sobre a contraproposta apresentada pelo governo no dia 25 de junho aos servidores públicos federais, o CNG/Fasubra não a considerou como resposta efetiva às reivindicações da pauta específica da categoria e nem ao eixo geral de luta das entidades do funcionalismo público federal. Confira a análise:

Reajuste – A proposta ficará da seguinte forma: expansão acumulada de 2016 a 2019 = 21,3% – distribuída da seguinte maneira (seria reajuste ou uma expansão de 5,5% em 2016, 5,0% em 2017, 4,75% em 2018 e 4,5% em 2019).

	2016	2017	2018	2019	Acumulado 2016 2019
Reajuste	5,5%	5,0%	4,75%	4,5%	21,3%
Expectativa inflação IPCA	5,5%	4,75%	4,5%	4,5%	20,7%
Folha (em % do PIB)	4,17%	4,16%	4,13%	4,07%	

O CNG avalia que a contraproposta apresentada está nos marcos do ajuste fiscal aplicado pelo governo Dilma, que tem como objetivo jogar nas costas das trabalhadoras e dos trabalhadores o peso da crise econômica mundial que abala a economia brasileira, ao mesmo tempo que dá segurança ao mercado, que exige o ajuste, uma vez que a justificativa apresentada para o conteúdo da contraproposta tem por premissas básicas a projeção de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e a da inflação no período de quatro anos.

Outro fator questionável é que a contraproposta apresentada pelo governo responde a apenas um único item da pauta geral do funcionalismo federal (que tem a ver com o índice de reajuste salarial linear).

É consenso entre as entidades sindicais do funcionalismo que se trata de uma proposta rebaixada, tanto nos

valores como na plurianualidade da proposta (2016 a 2019), não garantindo o poder aquisitivo dos salários, conforme justificativa apresentada pelo próprio governo, pois está abaixo da inflação desse ano. Ao contrário, essa proposta comprometerá o poder de compra dos trabalhadores, causando consequente corrosão salarial nos próximos anos.

Outros itens foram esquecidos

Foi considerado, ainda, que o governo até agora não apresentou nenhuma proposta que atenda aos itens de cláusulas negociais, como a regulamentação da negociação coletiva, definição de política salarial e data-base, além da pauta específica da Fasubra, que envolve pontos de impacto financeiro e pontos que são reivindicações negociais sem impacto financeiro, inclusive envolvendo

o debate sobre a democratização da universidade, que é de importância fundamental para o conjunto da categoria.

Diante do exposto e tendo em vista a resposta das bases quanto a força da nossa greve, que atinge atualmente 65 instituições da base da Fasubra, o CNG delibera pelo fortalecimento da luta e pela manutenção da cobrança de resposta ao conjunto da pauta protocolada.

Repercussão do movimento – O fortalecimento da greve através das ações dos CLGs e do CNG tem conseguido dar visibilidade em veículos da grande mídia e tem incomodado politicamente o governo federal, e esse elemento é importante nesse momento da luta. Além disso, a nossa greve, articulada em alguns momentos com a greve dos docentes e estudantes pelo país, além do Fórum dos Servidores Públicos Federais (SPFs), tem aberto

caminho para que outras entidades se movimentem, forçando o governo a antecipar uma proposta que estava prevista para o final de julho.

Pressão – De acordo com o CNG/Fasubra, sob pressão, uma vez que o governo relutava em marcar nova reunião, foi agendada nova negociação com o MPOG para terça-feira, dia 7 de julho. A intenção do CNG é forçar para transformar a vitória política já conquistada nessa greve em vitória econômica. “Temos que tencionar o governo a melhorar a contraproposta apresentada ao funcionalismo, e que efetivamente abra também negociação com a Fasubra da pauta específica protocolada no MEC e no MPOG.

De acordo com esta avaliação, o CNG deliberou sobre vários encaminhamentos às bases e também ao Fórum dos Servidores Públicos Federais.

CNG participa do ato contra a redução da maioria penal e do Dia Internacional de Orgulho LGBT

O Comando Nacional de Greve (CNG)/Fasubra participou, no dia 30 de junho, da mobilização em Brasília contra a aprovação, pela Câmara Federal, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993, que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal.

Portando faixas, cartazes, bandeiras e auxiliados por um trio elétrico, os manifestantes se concentraram em frente à Biblioteca Nacional. Eram estudantes e entidades representativas de diversas categorias presentes enfatizando, por palavras de ordem e pelas frases dos materiais, que a educação de qualidade era a solução para o problema da crimi-

nalidade entre os jovens.

Os integrantes do CNG/Fasubra aproveitaram a oportunidade para também informar à população as razões da greve nas universidades federais.

Uma das bandeiras de luta da Fasubra é por mais respeito e dignidade para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Por conta disso, no domingo, 28 de junho, integrantes do CNG engrossaram as fileiras da manifestação pelo Dia Internacional de Orgulho LGBT. O ato político e festivo tomou as ruas de Brasília. Milhares de pessoas caminharam pacificamente e comemoraram a



Foto: Fasubra

decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de legalizar o casamen-

to homoafetivo no país. À tarde foi realizado o casamento coletivo de

casais do mesmo sexo em frente ao Congresso Nacional.

TERCEIRIZAÇÃO

Trabalhadores lotam audiência pública na Alerj

A iniciativa foi da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado

Fotos: Renan Silva

O plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) foi tomado na sexta-feira, dia 26 de junho, por trabalhadores, representantes de centrais sindicais e de sindicatos para a audiência pública sobre terceirização. Desta audiência – que faz parte de uma agenda nacional promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado – saiu a Carta do Rio de Janeiro contra a Terceirização.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015 amplia a terceirização em todas as áreas de serviços, inclusive na educação e já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Atualmente se encontra em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. A audiência pública realizada no Rio de Janeiro faz parte de uma agenda nacional promovida pela Comissão com o objetivo de dialogar com a população sobre as consequências desse projeto para os trabalhadores. A iniciativa conta com o apoio do Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, integrado pela CUT e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entre outras entidades e órgãos públicos.

No Rio, foi a segunda

A primeira audiência pública foi realizada em 29 de maio, em Minas Gerais. No Rio de Janeiro foi a segunda e até final de julho outros estados integram o calendário. Uma novidade da audiência na Alerj foi o pronunciamento oficial da Força Sindical de que está contra o projeto de terceirização. Até então essa central sindical apoiava a proposta.

Além das centrais sindicais que são totalmente contra o projeto, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a própria Anamatra já manifestaram preocupação em relação ao PLC, pois avaliam que a proposta agrava a precarização do trabalho no país.

Na Alerj, a audiência foi presidida pelo relator do projeto, senador Paulo Paim (PT/RS). Ele afirmou que a bancada de senadores do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul vota contra o PLC 30/2015. Na mesa, além de Paulo Paim, estavam os deputados Flavio Serafini (PSOL/RJ), Paulo Ramos (PSOL-RJ e presidente da Comissão de Trabalho), Fernando Bandeira (PDT-RJ) e Jorge Picciani (PMDB-RJ e presidente da Alerj). Tiveram voz os representantes das centrais sindicais, entre elas CUT e CTB. Sindicatos como o SintufRJ, Sindipetro, Bancários, Metalúrgicos

de Niterói, Aeroviários e a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ, entre outros, marcaram presença.

Denúncias

Existem no Brasil mais de 12 milhões de terceirizados – 26,8% do mercado formal de trabalho. Os representantes das centrais sindicais denunciaram na audiência os prejuízos que a terceirização já traz para esses trabalhadores e também alertaram para a precarização dos direitos trabalhista de todos os trabalhadores brasileiros, incluindo os mais de 40 milhões que hoje têm carteira assinada.

Os sindicalistas e os representantes do poder Judiciário afirmaram na audiência que as consequências da ampliação da terceirização serão a redução drástica dos direitos trabalhistas e o aumento dos acidentes de trabalho. Segundo as estatísticas, de cada cinco acidentados, quatro são terceirizados.

No campo judicial não há luz no fim do túnel. Segundo os representantes do Ministério Público do Trabalho, ficará ainda mais difícil para a Justiça do Trabalho resguardar os direitos dos trabalhadores se o projeto for aprovado e sancionado pelo governo. Tanto pelo volume de casos, que poderá triplicar, quanto pela falta de patrimônio das empresas terceirizadas na hora de pagar uma ação coletiva ou individual.

Os oradores também destacaram o fato de que 90% do trabalho escravo ocorre em empresas terceirizadas. Assim, alertaram que com a ampliação irrestrita da terceirização o trabalho escravo acabará por ser institucionalizado. Os sindicalistas destacaram que os terceirizados recebem remuneração até 70% inferior à dos trabalhadores diretos e acreditam que se o projeto virar lei essa situação se tornará norma.

Greve geral

Os representantes da CUT e da CTB discursaram num tom de enfrentamento com o governo e prometeram organizar greve geral no país caso o projeto passe no Senado. O representante da CSP-Conlutas fez uma fala veemente sobre a situação dos trabalhadores terceirizados da empresa Alumini (ex-Alusa), prestadores de serviços da Petrobras, que estão há oito meses tentando receber o que lhes é devido. E alertou que assim pode ser o futuro do trabalhador, que ficará à mercê de empresas de fachada e a contratante não se responsabilizará por nada.



CENTRAIS sindicais e representantes de categorias contra a precarização do trabalho



O SENADOR Paulo Paim (PT-RS) presidiu a audiência pública



OS COORDENADORES do SintufRJ Celso Procópio e Rogério Batista estavam presentes

Terceirizados da Alumini fazem protesto

Dezenas de trabalhadores da empresa Alumini, terceirizada da Petrobras, ocuparam uma das galerias da Alerj para reivindicar pagamento de direitos trabalhistas. Eles representam três mil famílias de trabalhadores que estão há oito meses sem receber suas rescisões trabalhistas, férias e FGTS.

A empresa Alumini atuava no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e está em recuperação judicial. Os trabalhadores lutam para que a empresa pague sua dívida com eles ou que a Petrobras assumira os débitos trabalhistas, já que trabalhavam numa obra do go-

verno federal. Como a empresa não paga, os trabalhadores exigem que a Petrobras – responsável pelo Comperj – abra uma exigência de cota para contratação dos trabalhadores da Alumini e que uma comissão da Alerj fiscalize o seu cumprimento.

"Pedalada sindical contra o ajuste fiscal"

Mistura saudável: a ação reuniu atividade física, protesto contra o governo e mobilização da greve

Uma alegre manifestação realizada pelo Comando Local de Greve (CLG)/Sintufirj, na quinta-feira, dia 2, pela manhã, reuniu mais de uma centena de ciclistas por ruas e avenidas da Cidade Universitária. A manifestação, batizada de "Pedalada sindical contra o ajuste fiscal", cumpriu seu objetivo, que foi dar visibilidade à greve e mobilizar a categoria. Em muitos trechos das avenidas Horácio Macedo e Carlos Chagas Filho, as bicicletas tomaram todas as pistas, levando o trânsito a parar no Fundão durante o trajeto, que durou mais de uma hora.

Às 8h10, os ciclistas – técnicos-administrativos, dirigentes sindicais e frequentadores do Espaço Saúde Sintufirj – saíram da sede do Sindicato, na Praça da Prefeitura, rumo à Reitoria pela Avenida Horácio Macedo fazendo o contorno em frente à Ponte do Saber. O retorno foi pela Avenida Carlos Chagas Filho. Ao longo do trajeto os manifestantes passaram pela Faculdade de Letras, unidades de pesquisa da Petrobras, Escola de Educação Física e Alojamento Universitário. Dali retomaram ao ponto de partida.

Animação até o fim

O sol ameno e a música alta e alegre do carro de som foram inspiração para os ciclistas, que vestiam camisetas brancas com palavras de ordem contra o ajuste fiscal. Alguns até dançaram ao mesmo tempo que pedalavam, animados pela professora de educação física do Espaço Saúde Sintufirj, Elaine Almeida. "É tudo nosso", comemoravam em coro os trabalhadores, apontando para o campus. Uma equipe de TV da mídia comercial acompanhou parte da manifestação.

"Chamamos muita atenção e marcamos posição aliando uma atividade física ao ato de greve e de protesto contra o ajuste fiscal", resumiu a atividade o coordenador-geral do Sintufirj Francisco de Assis.

Inscreveram-se para participar da pedalada 127 pessoas. O Sintufirj alugou 110 bicicletas e 82 foram utilizadas, porque houve quem levasse a sua própria magrela.

O ato contou com o apoio da equipe de professores do Espaço Saúde Sintufirj e da Divisão de Segurança da UFRJ (Diseg), que acompanhou todo percurso cumprido pelos ciclistas, garantindo a realização da atividade e a segurança do pessoal. O aluno do Espaço de Saúde Vinícius Negreiros, com sua moto, auxiliou na organização do trânsito para a passagem dos manifestantes, como se fosse um "batedor".

A atividade foi encerrada com muita comemoração pelo CLG/Sin-



Fotos: Renan Silva



tufirj e por todos os participantes, que encontraram no regresso à entidade sindical uma mesa posta com frutas e sucos para reporem a energia gasta.

Categoria aprovou

Patrícia Silva de Oliveira, 38 anos, analista de tecnologia da informação, há 10 anos na UFRJ e frequentadora do Espaço Saúde Sintufirj, achou a forma de protesto uma grande ideia:

"As pessoas não sabem quem são os técnicos-administrativos e o que reivindicam. É mais uma forma de dar visibilidade à luta da categoria."

Adriana Vilanova, 46 anos, há 28 na UFRJ, secretária da Pós-Graduação da Escola de Educação Física e Desportos, também gostou da atividade, e acredita que a manifestação chamou a atenção do público para os problemas que a categoria enfrenta, além de

promover o convívio e a integração entre os trabalhadores, "conforme propõe o Espaço Saúde".

Para Márcia Regina de Souza, 45 anos, secretária do Laboratório de Estruturas da Coppe, a atividade foi "maravilhosa" e pediu bis.

Dulce Lima Bernardo, 54 anos, coordenadora de Gestão Ambiental da Prefeitura Universitária e que também faz parte do Espaço Saúde Sintufirj, não

Trapaça garante aprovação da maioria penal

Manobra do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e mudança de opinião de vários deputados na última hora garantiram, nas primeiras horas de quinta-feira, dia 2, a aprovação, em segunda votação, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) modificada que pune adolescentes como adultos, a partir de 16 anos, nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

Deputados e juristas afirmam que o texto voltou à pauta da Câmara pela segunda vez, de forma irregular, depois de ter sido rejeitado por uma margem de apenas cinco votos. A diferença entre o texto que foi aprovado na quarta-feira, dia 2, e esta emenda aglutinativa aprovada na quinta passada é a retirada dos crimes de tráfico de drogas, lesão corporal grave e roubo qualificado da lista de crimes alvos da redução da maioria penal.

A PEC terá que passar por outra votação no plenário da Câmara antes de seguir para o Senado.

poupou elogios: "Achei espetacular. O Sindicato tem que fazer isso mais vezes, investindo na qualidade de vida e lutando pelos nossos direitos."

Rosa Miranda, 55 anos, enfermeira da Hemodiálise no HU, frequenta o Espaço Saúde há mais de um ano e contou que já obteve três vitórias nas corridas que o Espaço organiza. Sobre a atividade da greve, afirmou: "Foi muito boa!"